

Arinos defende Constituinte sob aplausos do plenário

BRASÍLIA — Aplaudido de pé pela Comissão de Sistematização, o senador Afonso Arinos repeliu com veemência as críticas feitas nos últimos dias à Constituinte por empresários e juristas, que ele qualificou de "agressões torpes". Em tom firme, aconselhou os parlamentares a não perderem "a paciência e a complacência diante de palavras insensatas e ressentidas daqueles que não conseguiram um mandato para estar aqui".

"Serenidade, sim. Porém, fraqueza, fuga e covardia, não. Vamos reagir contra os que nos atacam, senão o país não terá esperanças. Se a democracia não estiver aqui, onde estará ela hoje no Brasil? Em que lugar ou em que desvão ela se esconderá? Nós fomos escolhidos pelo povo e se o povo não der o respeito a esta Casa, a quem dará? Se isso ocorrer, o Brasil estará perdido para democracia e tombará num regime espúrio, miserável", afirmou Arinos, de baixo de repetidas salvas de palmas do plenário.

Arinos disse que não acredita que o professor Miguel Reale tenha se referido à Constituinte como uma "grande patifaria", preferindo não fazer um julgamento precipitado. Lembrou o valor de Reale como jurista, mas fez questão de ressaltar que, no passado divergiu de suas posições "pró-fascistas" — Reale foi adepto do integralismo.

O presidente da Comissão de Sistematização não deu importância às afirmações de Reale, de que a Constituinte está se perdendo em detalhes. "É habitual que as constituições que se seguem às ditaduras sejam excessivas na sua forma e detalhadas no seu conteúdo. No nosso caso, representamos a liberdade, as esperanças e as mágoas acumuladas no país durante 20 anos de ditadura militar".

Perseguidor — O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) pediu a Arinos que fosse feita uma interpelação a Reale, para que ele confirmasse ou não suas declarações.

"Não devemos lhe dar o mesmo tratamento que me deu, ao demitir-me sem direito de defesa, a bem do serviço público, logo após o golpe de 64, para prestar serviço ao ditador do momento",

Jurista explica declaração

SÃO PAULO — O professor Miguel Reale retificou os termos da entrevista publicada ontem no JORNAL DO BRASIL:

"Jamais afirmei que a Constituinte havia virado uma grande patifaria. O que disse resulta do próprio texto da entrevista: A Assembléia Constituinte, infelizmente, aprovou disposições que são verdadeiras patifarias e dei dois exemplos: o da efetivação de funcionários sem concurso e a contagem de tempo de serviço para vereadores. Apesar de divergir de muitas

disse Plínio, que foi aposentado compulsoriamente como procurador em São Paulo por Reale, naquela época.

De manhã, logo que a sessão foi aberta, o deputado Luís Inácio da Silva, Lula (PT-SP), disse que a Mesa da Constituinte deveria responder à altura a "campanha dos empresários para desmoralizar a Assembléia mostrando a opinião pública o outro lado da Constituinte".

O deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) disse que "a classe empresarial declarou guerra às instituições." através de seus mais expressivos representantes". O líder do PDT, Brandão Monteiro disse que "por uma questão de moral, os líderes do movimento *Centrao* deveriam dar explicações à Constituinte, já que as informações divulgadas pela imprensa dizem que estão sendo financiados pela UBE (União Brasileira de Empresários)".

O senador Jarbas Passarinho, que presidia a sessão, disse que Brandão tinha toda razão. "Esses líderes devem uma explicação porque não é possível que 300 pessoas, constituintes, estejam agindo como mercenários, vendendo suas consciências e seus votos". O líder do PFL, José Lourenço, pertencente ao *Centrao*, reagiu: "As acusações do deputado Brandão são tão graves que se forem comprovadas levam ao fim da Constituinte. Repudiamos as manobras da esquerda irresponsável."

□ O assessor especial do deputado Ulysses Guimarães, professor Miguel Reale Jr., passou o dia ontem procurando por repórteres que, em tom de piada, exigiam que ele desse uma entrevista dura, respondendo às acusações que seu pai, o também professor Miguel Reale, fez à Constituinte.

Reale foi visto falando no início da tarde falando por telefone com seu pai no gabinete do senador Fernando Henrique Cardoso. Quando um jornalista lhe cobrou "a resposta" às acusações, veio a resposta bem-humorada e às gargalhadas:

"Não posso dizer nada. Meu pai acaba de me cortar a mesada."

das diretrizes e maneira como vêm sendo conduzidos os trabalhos da Constituinte jamais poderia, a seu respeito, usar de uma expressão tão descabida, razão pela qual peço retificação".

N. da R. Na entrevista dada ao JORNAL DO BRASIL na quinta-feira passada, usou a expressão "Constituinte não é feita para fazer patifaria." O repórter observou que eram palavras duras e Reale não recuou: "É isso mesmo. Em certas horas a gente tem que usar palavras duras diante de situações absurdas".

Embaixador da França e cônsul visitam o JB

O novo embaixador da França no Brasil, Phillip Cuvillier, e o cônsul geral André Cira estiveram em visita ao JORNAL DO BRASIL, tendo sido recebidos pela diretoria da empresa.

Constituinte quer responder na TV a ataques

BRASÍLIA — Indignados com os ataques feitos nos últimos dias à Constituinte, que consideram parte de uma campanha difamatória, mais de cem parlamentares assinaram requerimento do deputado Aldo Arantes (PC do B-GO) ao presidente Ulysses Guimarães, para que ele solicite um horário especial no rádio e na TV para responder às críticas.

O pedido reúne parlamentares de todas as tendências, como Jarbas Passarinho (PDS-PA), Néelson Carneiro (PMDB-RJ) e José Genoíno (PT-SP), além do pefelista Ricardo Fiúza (PE) e o comunista Haroldo Lima (BA), que brigaram em plenário no começo da semana. No fim da tarde — apesar de ser sexta-feira, dia de menor presença — o documento já tinha 105 assinaturas.

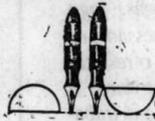
"A assembléia Constituinte tem sido alvo de uma sistemática campanha difamatória, orquestrada pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira, com o escudo objetivo de desmoralizá-la perante a opinião pública, descredita-la e, assim, preparar o terreno para uma tentativa de golpear as conquistas até agora obtidas", diz o documento.

Depois de citar declarações do presidente da União Brasileira de Empresários, Antônio Oliveira Santos, que acusou a Constituinte de "subverter a ordem econômica natural", e do jurista Miguel Reale, que a classificou de "grande patifaria", o requerimento pede a requisição do horário de rádio e TV, "para apresentar à opinião pública a versão correta do andamento dos trabalhos da Constituinte".

Cresce bloco das diretas em 1988

O presidente Sarney não enxergou com antecedência por que não quis — mas era claro, pelo menos um mês antes da votação sobre o sistema de governo na Comissão de Sistematização, que o parlamentarismo seria aprovado, como foi, até com uma certa folga. A inclinação da comissão pelo parlamentarismo pareceu estancar quando o presidente foi à televisão sugerir uma ampla reforma do seu governo. Consolidou-se a tendência quando a reforma anunciada não foi igual à reforma que ocorreu — não foi, sequer, uma reforma.

Pode, agora, repetir-se a cegueira oficial quanto à definição do tamanho do mandato do atual presidente da República. A comissão estabeleceu mandato de cinco anos para os sucessores de Sarney. Não quer dizer que conceda o mesmo ao atual presidente. Entre os 93 membros da comissão que vota o projeto de Constituição do depu-



tado Bernardo Cabral, cresce, veloz, o bloco dos que desejam eleger um novo presidente em novembro do próximo ano, e, se a crise apertar, até mesmo antes.

O senador Mário Covas, líder do PMDB no Senado, está informado de que o mandato de quatro anos para Sarney reúne, hoje, o apoio fechado, seguro, de 46 integrantes da comissão. Mais um, e estará obtida a maioria necessária para a aprovação da emenda. Há, pelo menos, 14 indefinidos ou que não esclareceram como pretendem votar. O que Covas sabe é o mesmo que o senador José Richa (PMDB-PR) admite, abertamente. O deputado Expedito Machado (PMDB-CE), líder do Centro Democrático, confessa:

— Apoiamos o governo em muitas coisas, mas não podemos assegurar a vitória do mandato de cinco anos para o presidente.

O deputado Ulysses Guimarães já não esconde de ninguém que considera "muito grave" a situação do presidente da República. Acha que só há três alternativas hoje: presidencialismo com quatro anos de mandato, parlamentarismo já, acompanhado dos cinco anos, ou cinco anos com presidencialismo em 1988 e parlamentarismo no ano seguinte. A última alternativa é oferecida por Ulysses mais porque ele gostaria de vê-la adotada do que por acreditar em suas chances de vingar.

Sarney não se mexeu para negociar coisa alguma até agora.

Ordem no Império (I)

O segundo projeto de constituição de Cabral repôs a redação do artigo sobre o papel das Forças Armadas mais ou menos nos termos propostos pela publicação do Ministério do Exército. Votado e aprovado na Comissão de Sistematização, diz o artigo: "(...) destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de um destes, da lei e da ordem". Foi o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, quem defendeu a redação do artigo — sugerida, ainda na fase das subcomissões, pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).

Ordem no Império (II)

As expressões da lei e da ordem e por iniciativa expressa destes interessavam, a primeira, às Forças Armadas, e a segunda, aos constituintes mais liberais. No primeiro projeto de Constituição, a primeira expressão virou da ordem constitucional. No segundo, a outra resumiu-se em por iniciativa de um destes. Os militares perderam mais do que ganharam no caso: conservaram o direito de intervir em defesa da lei e da ordem ameaçadas, mas só poderão fazê-lo por iniciativa de um dos três poderes — Executivo, Judiciário e Legislativo. Se rejeitada a lei, é claro.

PINGA-FOGO

● O acordo para a aprovação de uma emenda sobre reforma agrária resultou na confecção de duas — uma de autoria dos moderados, a que tem mais chances, a outra que interessa mais à esquerda.

● A dos moderados isenta dos riscos de desapropriação para efeito de reforma agrária as propriedades consideradas produtivas. Por trás dessa emenda, o senador José Richa.

● O deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT) saiu contundido da segunda partida de futebol travada entre constituintes. Foi machucado por um deputado do PDT.

● Longe do futebol, o PT e o PDT estão se acertando para participar juntos de uma série de comícios em favor da manutenção do presidencialismo como sistema de governo.

● Do Radical de Araxá: "Presidencialismo com Sarney por seis anos."

O império da ordem

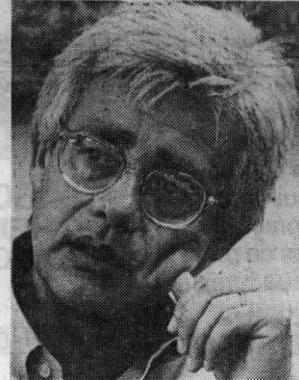
Na publicação *Temas Constitucionais*, distribuída pelo Ministério do Exército pouco depois da instalação da Constituinte, foi assim definido o emprego legal das Forças Armadas: "(...) destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem". Os ministros militares reagiram duramente quando o primeiro projeto do deputado Cabral definiu: "(...) destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional".

Ricardo Noblat

Moreira diz que solução para crise deve vir da Constituinte

Rogério Coelho Neto

Arquivo 21/11/86



Moreira: crise é política

O governador Wellington Moreira Franco, sintetizando o pensamento, pelo menos, dos governadores de São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará, sugeriu "a transformação da Constituinte no único palco de decisões consensuais para a solução, a curto prazo, das crises política e econômica".

Há dois dias, o governador do Estado do Rio restabeleceu com os governadores de maior poder de mobilização dentro do PMDB — Orestes Quéricia, Newton Cardoso, Pedro Simon, Waldir Pires, Miguel Arraes e Tasso Jereissati — um canal de avaliação permanente da situação política nacional. A preocupação de todos é com a dificuldade do presidente da República em encontrar linhas seguras de governabilidade, de que é exemplo mais recente o aumento do preço dos automóveis, decretado pela Autolatina por conta própria.

Alvo distante — Moreira, que há três meses considerava o Plano Bresser a última-bala de prata do presidente da República para derrubar, com pontaria certa, os agentes da inflação descontrolada que gera a desordem econômica, não considera o presente momento ideal para uma análise mais profunda do programa do ministro da Fazenda. Arrisca-se, apenas, a uma conclusão:

— A bala foi disparada, mas o alvo está distante, porque as dificuldades econômicas se agravam e se transformam em um problema político na medida em que é colocada a questão da autoridade.

Para o governador do Estado do Rio, "a questão prioritária, agora, deve ser a votação na Constituinte. Neste momento, nada é mais preocupante do que o resultado dessa votação, porque, infeliz-

mente, o que a Comissão de Sistematização aprova tem muito pouco a ver com o que foi resolvido nas Subcomissões que deram início aos trabalhos de elaboração da nova Carta".

Depois de revelar que os governadores também vão jogar tudo na tentativa de alteração do Regimento Interno da Constituinte, integrando-se a um movimento sem donos e sem nome, que se propõe a isso, Moreira não poupou a Comissão de Sistematização:

— A tarefa de elaborar a nova Constituição é da maioria. A Comissão de Sistematização, assim, de forma isolada, não pode exercer direito exclusivo sobre tudo e sobre todos. Os próprios constituintes que integraram as Subcomissões constatarem o desrespeito ao que produziram. A minoria está tendo o direito de mudar aquilo que a maioria decidiu e, desta forma, corremos o risco de ter uma Carta com predominância do casuismo,

da incoerência e do jogo de interesses menores.

Os riscos — Moreira citou, como exemplo de incoerência da Comissão de Sistematização, a aceitação do parlamentarismo e a rejeição do voto distrital.

— Foram decisões estranhas, como se fosse possível uma coisa funcionar sem a outra. Sabendo-se que as votações não decorreram de questões teóricas ou ideológicas, chega-se à conclusão de que essa absurda compatibilização do parlamentarismo com o voto proporcional foi tomada por uma pura questão de interesse.

As críticas atingem também decisões relativas à área econômica:

— Estamos andando para trás, se verificarmos que todas as sociedades do mundo estão se libertando, quebrando os aparelhos burocráticos e expurgando as formas de domínio tecnocrático do dia-a-dia do cidadão. Os que estão decidindo na Sistematização resolveram, porém, percorrer um caminho ao contrário. Buscam impor os poderes da lei sobre a capacidade produtiva do trabalho. Sonham, enfim, acompanhar, através do Estado, os passos de cada cidadão.

Moreira receia que a intensidade da crise política provoque a modificação da parte tributária, nos termos definidos pelo anteprojeto Bernardo Cabral:

— Se esse projeto for alterado, qualquer outra mudança política pouco adiantará. O presidencialismo continuaria imperial e o parlamentarismo se centraria no Estado unitário. Até a monarquia, se reinstalada, seria absolutista, porque à base das relações entre Estado e cidadão, estados, municípios e União, não seria democrática. As mudanças econômicas e sociais pelas quais lutamos só se tornarão realidade no Código Tributário, definindo, ele sim, melhor distribuição de renda e plena autonomia dos poderes.

Governadores já apóiam mandato menor

Arquivo 18/10/87

Os governadores do PMDB acreditam que, fortalecendo o esquema de maioria dentro da Constituinte, que começou a ser articulado, há três semanas, por forças de diferentes tendências, a partir de uma mobilização maciça de lideranças empresariais, será possível manter o presidencialismo e encurtar, como deseja a voz das ruas, o mandato do presidente José Sarney.

A opinião generalizada dos governadores é a de que o presidente da República recebeu de todos eles, na reunião que realizaram no Rio, dia 17 de outubro, um cheque em branco para assumir, na sua plenitude, o governo da transição. O presidente teria, no entanto, perdido o cheque, antes de preenchê-lo, ficando apenas com o canhoto nas mãos.

Dois deputados mineiros que tiveram acesso às questões tratadas pelos governadores Orestes Quéricia e Newton Cardoso, terça-feira passada, em Belo Horizonte, revelaram que eles se convenceram de que a realidade da crise não permite mais que continuem a lutar pelo mandato de cinco anos para Sarney.

Quéricia e Newton chegaram ainda à conclusão, acrescentaram os mesmos informantes, de que a formação de uma base de maioria sólida, na Constituinte, deve ser a principal luta dos governadores, daqui por diante. Lembraram que à



Quéricia e Newton: buscando saída junto com Moreira

crise de 1961, precipitada com a renúncia de Jânio Quadros — raciocínio do qual participam, entre outros, Moreira Franco e Pedro Simon —, só encontrou saídas constitucionais (a adoção do parlamentarismo), para permitir a posse de João Goulart, porque as lideranças políticas da época tiveram a inteligência de fortalecer o Congresso e fazê-lo o único palco das decisões capazes de evitar uma ruptura democrática.

O novo projeto dos governadores passa pela manutenção, nos termos em que a colocou o deputado Bernardo Cabral, da reforma tributária, que concede autonomia econômica e financeira aos estados e municípios. Eles vão tentar influir, também, para enxugar o anteprojeto da Constituição, no que for possível, de questões polêmicas, do dia-a-dia, que mudam o sabor da própria conjuntura. (R.C.N.)